

INÍCIO

O trabalho proposto procura compreender o modo pelo qual o jornal O Globo lidou com a distensão política no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), tendo como foco central a cobertura concedida à solenidade de comemoração da instauração do regime militar, realizada anualmente a cada dia 31 de março. Esta questão é o ponto de partida de uma pesquisa mais ampla que considerará o assunto durante os 21 anos de regime militar.

Este período foi marcado por ambiguidades que podem ser vislumbradas na própria caracterização de suas medidas como *sístoles* e *diástoles*³. O fato de nesse momento o governo ter se autodelegado a função de iniciar uma transição política, porém sem abrir mão de inúmeras permanências (ou retrocessos), contribui para explicitar essas ambiguidades. Assim, o mesmo governo que se resolvia pela liberalização da imprensa e pela suspensão da censura prévia, foi também responsável pela cassação de políticos opositores e por colocar em prática as medidas conhecidas como *Pacote de Abril*⁴. Sobre isso já houve discussões enunciadas por alguns pesquisadores sugerindo diferenciações entre os significados dos termos transição e liberalização e entre liberalização e democratização⁵.

¹ Proposta de trabalho apresentada para participação na sessão de comunicação Jornalismo Político, do III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

³ Expressão usada por Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil, em seu livro (Conjuntura política nacional: poder executivo e geopolítica do Brasil. 2a ed., 1991) para se referir aos avanços e recuos da distensão política no período.

⁴ Em abril de 1977, uma série de medidas a que se intitulou de *Pacote de Abril*, foram postas em prática. O Congresso Nacional foi fechado por 14 dias a partir do dia 1º de abril, quando foi determinado que haveria eleição indireta para 1/3 dos senadores (*senadores biônicos*), eleição indireta para governadores, alteração do quorum para votação de emendas constitucionais pelo Congresso, ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos, dentre outras medidas.

⁵ Em contextos de governos autoritários é possível haver uma liberalização *do* regime sem que haja a transição *de* regime, ou seja, certas medidas, que concedam liberdades e direitos antes suprimidos, podem ser tomadas representando mudanças no regime sem que haja a mudança *de* regime (MARTINS:108). Da mesma forma, a liberalização pode garantir certas “mudanças de orientação política e sociais”, como a liberdade de imprensa, sem que se atinja a democratização, que é um conceito muito “mais amplo e especificamente político” e que demanda, por exemplo, a realização de eleições livres (STEPAN: 12). Portanto, assim como pode ocorrer liberalização sem

Neste contexto complexo, em meio a um ambiente de instabilidade política, os rituais políticos patrocinados pelo regime militar estabeleciam um contraponto, uma ocasião regular para expressar uma unidade institucional e de governo. Sabe-se, no entanto, que a instituição militar era, na verdade, fissurada e internamente caracterizada pela disputa entre projetos diversos de governo. E, se essas orientações políticas distintas já existiam desde o golpe, o período do governo Geisel pode ser entendido como um momento especial em que essas ambigüidades afloram.

Para isso, cabe ressaltar, a imprensa teve (e tem) o papel fundamental de representar um espaço em que a política acontecia publicamente. Analisar o modo pelo qual se constrói o jornalismo é muito relevante porque a cobertura dada às matérias diz muito mais do que se pode perceber num primeiro olhar. Um jornal, ao publicar uma matéria traz muitos *não-ditos* que geralmente nos dão pistas acerca de aspectos políticos sobre os quais o periódico não planejou discutir. A linguagem utilizada, as escolhas, as formas narrativas empregadas denotam outros tantos significados que frequentemente passam despercebidos pelo olhar do leitor e que tem profunda relação com a forma pela qual se entende a política.

RITUAL POLÍTICO E JORNALISMO

Rituais são cerimônias que reforçam e atualizam papéis sociais, confirmando concepções a respeito do mundo social e forjando a identidade dos participantes enquanto grupo (KUSCHNIR; TURNER). Dessa forma expressam valores e concepções de forma simbólica, fornecendo, periodicamente, significados, informações e normas de conduta para o grupo.

A prática de rituais é frequentemente entendida como uma dimensão integrante das instituições políticas e sociais. Assim, como o ritual de posse de um novo chefe de governo ou as cerimônias (missas, cultos, etc.) constitutivas das mais diversas religiões, a instituição militar também dispõe de uma dimensão simbólica expressa, por exemplo, em cerimônias regulares

haver necessariamente transição, pode, também, haver liberalização sem que se chegue a um significado pleno de democratização.

como a do dia do Exército Brasileiro, a do dia do soldado e a de recordação dos militares mortos no levante comunista de 1935⁶. A cerimônia que interessa neste trabalho é a de comemoração do aniversário do golpe militar de 31 de março de 1964, lembrada anualmente pelos governos militares. É interessante perceber que embora o ritual seja permeado muitas vezes por uma idéia de tradição, de “coisa antiga” perpetuada, o 31 de março de 1964 é uma data muito recente e era ainda mais recente durante o governo Geisel. A imprensa pode, portanto, ser vista nesse período como um espaço de disputa pela constituição da tradição, já que é um lugar onde é possível não só publicizar, mas consolidar determinadas visões de mundo.

Considerando-se o caráter repetitivo dos rituais que se referem a acontecimentos ocorridos em determinadas datas, uma questão se coloca: o que haveria de excepcional nessas cerimônias que as tornassem notícias jornalísticas? No caso das cerimônias de posse presidencial durante a vigência de governos democráticos, sabe-se que buscam “legitimar o poder que se instala, explicitar a aceitação de toda a população em relação a essa nova liderança e, principalmente, reforçar o valor do sistema democrático” (HOLZBACH, 2008:11). O fato de um novo presidente assumir um cargo que passou a ser entendido, nas democracias presidencialistas contemporâneas, como muito relevante justifica o seu aparecimento nos jornais. Mas no caso do aniversário do movimento militar que instaurou um governo autoritário no país, qual seria o sentido de transformá-lo repetidamente em notícia? E, ainda, como fazê-lo? Como retratar uma ocasião de estabilidade (ritual) em meio a um contexto permeado por tensões políticas e militares e que, além disso, se pretendia um momento de transição?

O 31 de março é particular porque era uma ocasião privilegiada em que os agentes oficiais enunciavam um discurso sobre a natureza e os propósitos do regime de governo. Paralelamente o jornal O Globo renovava o seu contrato com os leitores, assumindo o papel de mediador da relação entre essa sociedade e a organização política. Nessa dinâmica o Globo fornecia uma *moldura* (SCHUDSON) de entendimento de mundo, uma determinada estrutura para se entender a política.

O senso comum costuma reduzir o problema da atuação da imprensa durante o regime militar separando de um lado os jornais que teriam apoiado o governo e, de outro, aqueles que teriam se

⁶ O livro de Celso Castro discute exatamente as três cerimônias militares citadas (CASTRO, 2002).

oposto a ele. Contudo, num contexto de instabilidade política, um jornal precisa buscar uma maneira de se posicionar que extrapola a dicotomia corrente que julga entre “apoiar” ou “não apoiar” um governo e que, assim fazendo, encerra uma questão que é muito mais complexa. É necessário olhar a imprensa também para além do paradigma da censura ou da auto-censura, já que essas dicotomias não dão conta da situação instável do regime, que tornava difícil definir com rigor quais os seus interesses. Cabe ressaltar, aliás, que as normas da objetividade e da imparcialidade, teoricamente presentes no jornalismo brasileiro desde a reforma pela qual passou na década de 1950, costumam ficar esquecidas quando se trata do período em questão. Como julgar a posição de um jornal partindo-se exclusivamente de um critério que o *fazer jornalístico* teria extinguido duas décadas antes sem levar isso em consideração? É necessário entender de que forma os jornais se posicionavam, enxergando mais profundamente os formatos fornecidos para se reportar e ao mesmo tempo construir as concepções do mundo político naquele período.

CATEGORIAS JORNALÍSTICAS

Tradicionalmente confere-se crédito ao que é publicado nos jornais. Costuma-se dizer que algo é “verdade” porque “saiu no jornal”. A discussão mais adequada não parece se tratar, no entanto, da classificação entre verdade ou mentira, mas, sobretudo, da forma, ou seja, do “modo como o mundo é incorporado em convenções narrativas inquestionáveis e despercebidas” (SCHUDSON: 279).

Desde os anos 1950 o jornalismo no Brasil é entendido sob a noção de uma objetividade construída a partir da oposição notícia (fatos) x comentário (opiniões). Desde aquela época pretende-se que cada uma das duas noções tenha o seu espaço desde que não se misturem e embora a notícia tenha larga predominância, tendo sido o comentário reduzido a “algo a mais”. Para proceder a discussão sobre as formas narrativas que caracterizaram a dinâmica do jornal O Globo serão consideradas as seguintes categorias: *reprodução, notícia factual, notícia interpretativa e comentário*. Acredita-se que estas categorias jornalísticas forneçam um dos caminhos possíveis para se entender o papel desempenhado pelo jornal na relação entre a sociedade e a política. Paralelamente é necessário entender que as dimensões envolvidas na regra do lead (quem, o que, onde, quando, como e por que), tido como ferramenta-símbolo de um

jornalismo ideal, objetivo e imparcial, ao serem desdobradas e entendidas para além de suas informações mais explícitas, fornecem caminhos de análise que permitem extrapolar o mito da objetividade.

Entende-se por *reprodução* a transcrição literal de pronunciamentos, no caso, dos personagens envolvidos com as cerimônias de aniversário da *revolução*. No interior da reprodução é possível encontrar ainda a subcategoria *citação*. Embora se relacionem e possam ser agrupadas, ambas possuem uma diferença relevante. A reprodução tal qual sugerida acima, prevê a mera reprodução de um discurso na íntegra ou de partes agrupadas, mas oferecidas separadamente no texto. A *citação* se constrói a partir de uma perspectiva fragmentada, de partes, opiniões, frases de uma fala utilizadas em meio ao texto do jornal, misturando uma coisa e outra. Assim, a citação, embora seja *reprodução*, é mais passível se ser permeada pela manipulação (entendendo-se aqui por manipulação, não uma ação deliberadamente negativa e nefasta, mas sim um movimento por meio do qual o jornalista, ainda que inconscientemente, se coloca a partir da seleção que faz daquilo que considera digno de ser ressaltado) do jornalista.

Tanto a *reprodução* quanto a *citação* desempenham função semelhante que é na atualidade a de servir a uma concepção jornalística que prima pelo discurso da objetividade. Citar outras pessoas pode ao mesmo tempo fornece a idéia de fornecimento de *provas*, de imparcialidade, pela exposição de vozes distintas e possibilita que o jornalista veicule opiniões que não são necessariamente as suas, embora seja comum que busque opiniões de que compartilha para publicar sem que a responsabilidade caia sobre si mesmo (TUCHMAN). Para este trabalho especificamente, será levada em conta e de forma geral apenas a categoria *reprodução*. O desdobramento desta em *citação* será desenvolvido futuramente.

A *notícia* é utilizada aqui para designar os acontecimentos e a relação que o jornalista tem com eles. Tal qual a *reprodução*, a *notícia* pode ser entendida como sendo formada por duas subcategorias: a *notícia factual* e a *notícia interpretativa*. Ambas são abordadas neste trabalho e se diferem pelas profundidades de ação empreendida pelo jornalista ao construí-las. Enquanto a *notícia factual* retrata o que se entende por “fatos”, por realidade, por acontecimentos, supondo, então, que o jornalista é um observador passivo capaz de fornecer um retrato do que acontece; a *notícia interpretativa* tem relação direta com os significados do acontecimento, supondo que o

jornalista tem a função ativa de interpretar os fatos e oferecer a matéria como sendo uma análise. A distinção entre uma e outra forma, além de falar sobre o contexto político e social em que se vive, fala ainda mais sobre a autoridade jornalística. Deve-se deixar claro que mesmo a *notícia factual* que se pretende muito objetiva, guarda sinais da autoria, sinais de subjetividade. No entanto, contexto político autoritário, por exemplo, a *notícia factual* e suas pretensas objetividade/imparcialidade fornecem certa segurança ao jornalista justamente pelo esforço de afastar opiniões que poderiam ser enfrentadas e repreendidas pela censura. Paralelamente, a *notícia interpretativa* representa uma maior autoridade jornalística. Consequentemente, poder-se-ia entender que a autoridade jornalística é diminuída no caso da ditadura militar.

A última categoria prevista para este trabalho é o *comentário*. Entende-se por *comentário* o espaço de opiniões, de clara parcialidade encontrado no jornal, que é apresentado em oposição ao espaço da notícia, ou seja, à parte, e que não visa, como esta, contar o que aconteceu, mas comentar, caracterizar, opinar e julgar algo que a notícia contou.

Todas as categorias trazidas acima estão presentes na cobertura dos aniversários da *revolução* militar publicados em O Globo. A maior parte delas coexiste temporalmente e ajuda a perceber como o programa de funcionamento de um jornal sem querer revela as ambigüidades que ele mesmo desconhece. Dessa forma, interessam menos as intenções que teve o discurso ao ser construído – algo que dificilmente pode ser apreendido de forma segura – e mais aquilo que ele silenciosamente revela.

O 31 DE MARÇO: DE 1974 A 1978

Reproduzindo, noticiando e comentando

O Globo, entre 1974 e 1978, transcreveu, sempre e na íntegra, os discursos do presidente Ernesto Geisel e as ordens-do-dia dos três ministros militares⁷. Eventualmente reproduzia partes

⁷ Os três ministros militares do governo Geisel foram: Vicente de Paulo Dale Coutinho (15/03/74 a 27/05/1974), Sylvio Frota (28/05/1974 a 12/10/1977), Fernando Belfort Bethlem (12/10/1977 a 15/03/1979) (Exército); Geraldo Azevedo Henning (15/03/1974 a 15/03/1979) (Marinha) e Joelmir Campos de Araripe Macedo (15/03/1974 a 15/03/1979) (Aeronáutica). Conforme datas que constam na galeria dos presidentes, na página do Planalto: http://www.planalto.gov.br/Infger_07/presidentes/ernesto_geisel.htm (consultada em 22/11/2009).

de pronunciamentos de outros personagens, como foi o caso de uma mensagem “dirigida ao país” pelo ministro da Justiça, Armando Falcão em 31 de março de 1975 e de discurso “de improviso” do Comandante do II Exército, Ednardo D’Avila Mello em 01 de abril de 1975.

A *reprodução* de discursos foi um recurso amplamente usado pelo jornal durante todos os anos em questão. Uma parte consideravelmente grande do espaço dedicado ao tema, inclusive, costumava ser ocupada pelas reproduções, o que fazia com que a função do jornal naquele momento se aproximasse da função dos anais, ou seja, de uma narração anual de registro de fatos mais ou menos fixos.

Entre 1974 e 1977 verifica-se a predominância da reprodução de falas aliada a uma cobertura cujo foco era o acontecimento. A partir disso é possível rascunhar algumas conclusões, ainda que provisórias. Em primeiro lugar tais matérias parecem mostrar que os jornalistas não enxergavam seu próprio papel como sendo de *interpretadores* dos fatos, mas sim de refletores ou *publicizadores* de notícias⁸, o que só mudaria em 1978, como será visto mais adiante. Esse status é reforçado, por exemplo, pela inexistência de entrevistas. A reprodução de falas oficiais, de pronunciamentos nacionais, sem que houvesse diálogo com os repórteres ou espaço para perguntas, em torno das cerimônias, que diferenciasses as matérias de um ano para outro mostra que a narração do movimento previamente definido pelo cerimonial militar bastava para construir as notícias. Embora não tenha sido sempre assim, a entrevista se tornou o ato fundamental do jornalismo contemporâneo, conforme conclui Schudson a partir de um estudo realizado com repórteres de Washington nos anos 1980 (SCHUDSON, 1995). Cabe ressaltar que o que foi verificado para o jornalismo norte-americano não se aplica necessariamente da mesma forma ao Brasil e a outros países do mundo. Tuchman (1993), por exemplo, em texto publicado nos anos 1970 (reeditado), falando dos Estados Unidos, reforça a apresentação de vozes conflituosas como o primeiro procedimento estratégico do jornalista para alcançar a objetividade. Nas matérias analisadas isso não aconteceu. As vozes consideradas anualmente nas matérias eram basicamente as mesmas, com poucas alterações, e geralmente reiteravam as mesmas opiniões acerca do movimento. Nos anos 1970 e na primeira metade dos anos 1980 o Brasil continuava a ser caracterizado por um regime político ditatorial e censurador. Os chefes de

⁸ Esta discussão é bem realizada, em outro contexto, por SCHUDSON, 1993.

governos ditatoriais no país não costumavam ser abertos a diálogos ou questionamentos públicos. Portanto, ainda que se reconheça a importância das entrevistas na construção das histórias jornalísticas deve-se lembrar que durante o regime militar e com relação a dirigentes do governo, elas não eram uma regra comum. Assim, pode-se considerar a vigência da metáfora do espelho – considerar a “notícia como uma reflexão mais ou menos literal do *curso dos acontecimentos*” –, tanto do ponto de vista dos próprios jornalistas, quanto dos chefes de governo, como um recurso eficiente para se proteger contra críticas políticas (Hallin & Mancini, 1993: 306). A larga reprodução de pronunciamentos oficiais foi uma estratégia jornalística adotada para construir a notícia sobre o governo em tempos de exceção, aliada, especialmente, a uma cobertura que se pretendia *objetiva*.

Entre 1974 e 1978 O Globo cobriu o aniversário da “Revolução” militar de 1964 não como um acontecimento jornalístico, mas como sendo um ritual. As cerimônias que ocorreriam a cada dia 31 de março - data comemorativa apontada pelos militares -, entre 1974 e 1976, foram retratadas em *notícias factuais* pelo menos desde o dia anterior até o dia posterior, ou seja, eram mencionadas já nos dias 30 de março, confirmadas nos dias 31 e ainda lembradas nos dias 01 de abril. Entre 1977 e 1978 as menções se concentravam nos dias 31 de março e 01 de abril. As matérias cuja publicação antecedia o dia 01 de abril tinham caráter de previsão e pretendiam antecipar (30/03) e reafirmar (31/03) a programação que seria realizada. Nos dias seguintes aos eventos (01/04) era, então, noticiado o que *de fato* havia acontecido.

As matérias referentes às cerimônias apresentam geralmente, entre 1974 e 1977, linguagem *referencial* (Hallin & Mancini, 1993) ⁹. A ênfase na descrição dos acontecimentos traz, contudo, um perigo: a aparente neutralidade do discurso, como se fosse meramente a cobertura dos fatos, conforme o exemplo:

⁹ Hallin e Mancini chamam de “referencial” o relato da TV italiana RAI TG1 sobre determinado episódio, em comparação com relatos de TV norte-americanos sobre o mesmo período, explicando que enquanto “o relato americano é tanto *estória* como interpretação”, o relato italiano “não oferece significado em si próprio, mas envia o espectador noutra direção: fornece uma revista, uma lista de interpretações oferecidas pelos atores políticos fora do jornalismo” (Hallin & Mancini, 1993: 313-314).

BRASÍLIA (O GLOBO) – Uma cerimônia na Vila Militar, no Rio, na parte da manhã, com a presença do presidente Geisel, será a principal solenidade de hoje nas comemorações do 12º aniversário da Revolução. O presidente, que chegará ao Rio às 9h30m, acompanhado dos generais Hugo de Abreu e João Batista de Figueiredo, ministros-chefes do Gabinete Militar e do SNI, almoçará na Vila Militar e embarcará às 14 horas, na Base Aérea do Galeão, de volta à Brasília. (...) ¹⁰

Títulos como *Geisel fala sobre os 10 anos da Revolução*¹¹; *100 mil pessoas no concerto do 10º aniversário da Revolução*¹² e *Comemorado em todo Brasil 11º aniversário da Revolução*¹³ aparentam indicar a única forma objetiva de dizer alguma coisa, embora não haja uma única forma de se contar o que aconteceu e nenhuma delas seja exatamente neutra. Esse esforço narrativo do jornal adotado nas reportagens sobre as comemorações pode esconder outros discursos nele inseridos. Ainda entre 1974 e 1977, nota-se, em todos os anos, a publicação de boxes de *comentário*, como se fossem quadros à parte e não tivessem relação com as matérias de cobertura das cerimônias, cuja linguagem era extremamente opinativa. Neles comentava-se o papel e a importância da *revolução* de 1964, como se vê no exemplo intitulado *Fidelidade às origens*:

A REVOLUÇÃO de 1964 nasceu de uma soma nacional de vontades contrárias ao processo de desintegração instalado no País, sob as vistas cúmplices de um governo alcançado na sua autoridade e incapaz sequer de conduzir a sua própria opção antidemocrática. (...) A partir de certo momento, o “status” institucional vigente passou a servir exclusivamente como dispositivo de proteção do esquema de dissolvência, imprimindo fisionomia de estado de direito ao processamento galopante da subversão oficializada. (...) A iniciativa militar se incumbiu de punçar o tumor e o ato de medicina democrática preventiva encontrou no ânimo dominante da Nação uma receptividade dificilmente comparável – em carga e sintonia – nos anais da nossa História. (...) ¹⁴

¹⁰ O Globo, 31/03/1976, p.3.

¹¹ O Globo, 31/03/1974, p.1.

¹² Idem.

¹³ O Globo, 31/03/1975, p.2.

¹⁴ O Globo, 31/03/1974, p.1.

O fato de esses boxes terem sido impressos como não fazendo parte das matérias representa um esforço do jornal de separar o que seriam comentários do que seria a *realidade*. Volta-se a afirmar que esse esforço reforça, contudo, a idéia de que a cobertura dos eventos pudesse ser imparcial.

Não são apenas as marcas explícitas que constroem um discurso, nem são elas as mais relevantes. Portanto, o que está além da cobertura pretensamente imparcial das solenidades deve ser considerado. Inicialmente é importante ressaltar que toda matéria é um recorte determinado pelo ponto de vista de quem a constrói. A partir disso, pode-se perceber que os personagens envolvidos nas matérias publicadas foram selecionados. O fato de o ritual de comemoração do aniversário da Revolução não ser um evento único leva-nos a concluir que O Globo selecionou quais personagens seriam cobertos e representariam a data. De maneira geral, o jornal considerava como a principal cerimônia aquela em que estivesse presente o presidente Geisel, como demonstra o exemplo:

O presidente Ernesto Geisel fala hoje a noite por uma cadeia nacional de rádio e TV sobre as realizações dos governos revolucionários que o antecederam. Esse pronunciamento será o ponto alto das comemorações do 10º aniversário da Revolução de 64.¹⁵

Os ministros militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) parecem ter o mesmo destaque que o presidente. Tanto os primeiros quanto o segundo estiveram no centro das matérias entre 1974 e 1978. Em menor escala outros personagens políticos com *voz de fala* apareceram, como o Congresso. Mas mesmo quando isso acontecia tratava-se de políticos que apoiavam o governo. Outros personagens como João Batista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações, Hugo de Abreu, chefe do Gabinete Militar e Antônio Jorge Corrêa (e, posteriormente, Moacir

¹⁵ Idem

Potiguara), chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, tinham suas presenças notadas nas solenidades, mas não se pronunciavam a respeito nos jornais.

Ainda que pareça óbvio que num regime autoritário militar o presidente e os ministros militares sejam muito visados, observar a cobertura que o jornal escolheu fazer mostra como essa visão foi endossada pelo periódico e, conseqüentemente, oferecida aos leitores. Além disso, outras questões, que não serão respondidas agora, devem permanecer em mente, e que consideram o aspecto convencional das notícias e põem em cheque a sua obviedade, tal qual o fato de os jornalistas nem sempre terem sido obrigados a reconhecer o presidente como o ator principal do poder político (SCHUDSON, 1993). Havia, ainda, outros vários ministros de Estado além dos militares e, embora isso tenha acontecido, nem sempre os ministros militares estiveram junto ao presidente nas solenidades. Assim, o fato de o olhar do jornal ter selecionado esses atores como relevantes acaba ressaltando, ainda que de forma não intencional, o caráter autoritário militar do governo já que sobrepõe os militares aos outros integrantes do governo.

Como se pode notar, formas diversas e por vezes ambíguas foram adotadas pelo jornal para contar sobre o contexto político pelo qual se passava. Se por um lado O Globo se esforçava para manter um tom objetivo e imparcial no interior das matérias de cobertura das solenidades de comemoração do aniversário da *revolução* militar de 1964; por outro, reservava um espaço *especialmente (geograficamente)* separado daquelas matérias em que oferecia comentários indubitavelmente parciais e simpáticos à data. Além disso, as matérias de cobertura dos eventos, que se pretendiam objetivas e imparciais, a despeito da tentativa de camuflar o papel do *eu* que conta a história, deixam rastros que permitem vislumbrar as escolhas e os recortes parciais do jornal. Ainda assim, o papel dos jornalistas na ocasião não é entendido como o de *explicadores* que devem interpretar a realidade política antes de oferecê-la aos leitores.

Interpretando

Essa situação manteve-se razoavelmente constante entre 1974 e 1977. Porém, na cobertura das solenidades do ano de 1978 identifica-se uma considerável diferença com relação ao período anterior. Essa diferença foi explicitada pela matéria publicada em 31 de março de

1978, sobre a comemoração do 14º aniversário da *revolução* de 1964, que se caracterizava por apresentar uma *notícia interpretativa* ao contrário do que aconteceu nos anos anteriores.

Abaixo são reproduzidas partes de duas matérias, uma de 1977 e outra de 1978, que permitem verificar a diferença na forma de falar do jornal de um período para outro:

Geisel comemora Revolução na Vila Militar

BRASÍLIA (O Globo) – O presidente Geisel participará hoje no Rio das cerimônias comemorativas do 13º aniversário da Revolução, a serem realizadas na Vila Militar com a participação de oficiais-generais vindos de vários pontos do país.

Após almoço em sua homenagem, Geisel será saudado pelo Ministro do Exército, Sylvio Frota, devendo em seguida fazer um pronunciamento, aguardado com grande interesse.

Nos Afonsos

A chegada de Geisel está prevista para as 10 horas, na Base Aérea dos Afonsos. Dali seguirá de carro para a Vila Militar, em Deodoro, onde é aguardado às 10h30m.

No Quartel-General, ele assistirá a um desfile militar, deslocando-se depois para o 57º Batalhão de Infantaria Motorizada, onde participará de um coquetel e manterá palestra informal com os comandantes militares de várias regiões do País.

O Presidente será cumprimentado, à entrada do salão onde será servido o almoço, pelos coronéis que comandam unidades sediadas na Vila Militar e que também participarão do encontro.

(...) Às 17 horas, o Presidente embarca no Boeing-737 de regresso a Brasília, onde deverá desembarcar às 18h20m, na Estação de Autoridades da Base Aérea. (O Globo, 31 de março de 1977, p.12)

Geisel discursa hoje mas ênfase não é política

BRASÍLIA (O Globo) – O Presidente Ernesto Geisel vai fazer hoje, no Clube da Aeronáutica, um discurso pela passagem do 14º aniversário da Revolução de 31 de Março que, segundo fontes ligadas à Presidência, não deverá registrar nenhum avanço em relação a pronunciamentos anteriores quanto à abertura política. O discurso terá um sentido de afirmação revolucionária, ressaltando a importância, as conquistas e os objetivos do movimento de Março de 64.

Geisel falará em um almoço do qual participarão 160 autoridades militares e civis. O discurso de Geisel será transmitido pela “Voz do Brasil” e por uma cadeia nacional de televisão, formada a partir das 20 horas.

Exaltação

A reafirmação da disposição do Presidente em alcançar, através do consenso entre os partidos, o aperfeiçoamento das instituições políticas é o máximo que se espera do pronunciamento em relação às reformas. Essa parte, contudo, não seria a ênfase da fala presidencial, mas a exaltação da Revolução de 1964.

O fato político mais significativo da comemoração da Revolução, no Clube da Aeronáutica, será, para alguns dirigentes da Arena, a participação – pela primeira vez nestes 14 anos – de civis. Esse fato amenizaria, segundo essas fontes, eventuais frustrações dos que, otimistas, esperam importantes indicações de abertura política na fala presidencial. (...) (O Globo, 31 de março de 1978,p.5)

Conforme se nota, em 1978, ao contrário dos anos anteriores, o jornal se esforça para oferecer aos leitores uma interpretação do fato reportado. Essa mudança de posicionamento mostra que os jornalistas deixam de se apresentar como reprodutores, como repetidores de fatos que visam reiterar um determinado formato de visão de mundo, para assumir a posição de *analistas experientes do mundo político* (SCHUDSON, 1993: 281). O Globo, neste momento, se permite fornecer interpretações acerca da política que não haviam tido lugar desde 1974. A principal mudança se relaciona a abordagem usada para falar sobre o pronunciamento do presidente Ernesto Geisel. Em vez de narrar todos os passos que seriam tomados pelo presidente durante a comemoração, o jornal lança interpretações sobre o que se poderia ou não esperar do

discurso do presidente em relação aos discursos dos anos anteriores e fornece espaço para a inserção de opiniões de outros personagens civis que não costumavam aparecer nas matérias.

Outro ponto digno de nota é que pela primeira vez percebe-se a presença um assessor [militar] de imprensa. Conforme a continuação da matéria:

(...) O assessor de imprensa da Presidência da República, coronel Toledo Camargo, disse ontem que entre os convidados para o almoço no Clube da Aeronáutica – que terá início às 12 horas – estão a totalidade dos oficiais-generais de quatro estrelas das três Forças Armadas e os demais oficiais-generais com funções na capital (...). (**O Globo, 31 de março de 1978, p.5**)

O fato da figura do assessor ter aparecido na matéria, pela primeira vez desde 1974, e de terem sido consultados outros personagens civis aos quais foram demandadas interpretações acerca do ritual político demonstra um esforço do jornal de recolher vozes e leituras do mundo político que não era verificado anteriormente. O que torna importante ressaltar o tom interpretativo então assumido é a consideração de que é *especialmente* na interpretação que o jornal está realmente produzindo sentido e construindo uma narrativa, ou seja, desempenhando um papel ativo de intérprete do mundo político.

É também especialmente debruçando-se sobre um texto interpretativo que se pode perceber a complexidade da construção da notícia. As tomadas de posição, embora camufladas pelo trânsito de diferentes vozes, são, enfim, não apenas reproduzidas, mas produzidas e reiteradas de diferentes formas. Sendo este um caminho para entender como o jornal mudou durante o regime militar e que estratégias foram empregadas naquele período, volta-se à questão da importância de considerar a atuação não dicotômica e complexa da grande imprensa no período considerado.

-

CONCLUSÕES

A análise realizada sobre as matérias do jornal O Globo referentes às solenidades de comemoração do aniversário da “revolução” (como foi chamada) militar, entre 1974 e 1978, permitiu, neste início das pesquisas, verificar que certas categorias distintas entre si coexistiram na forma das notícias e informações publicadas. Permitiu perceber também um claro corte em 1978, com a publicação de uma matéria de tom bastante diferente dos anos anteriores, uma matéria em que o jornalista se reservava o papel de interpretar aquele determinado contexto político, em oposição às notícias factuais precedentes.

Essa distinção da intensidade com que o “eu” que fala (o jornalista) aparece ao longo do tempo, permite considerar que a matéria de 1978 apresenta mais autoridade por parte do jornalista do que o que aconteceu no período anterior. Talvez não seja mera coincidência que essa distinção comece aos poucos a surgir justamente no decorrer dos anos em que se inicia a distensão política do regime militar autoritário que vigorava no país.

A presença de quadros de comentário poderia ser, ainda, levantada quando se fala dessa autoridade jornalística como tendo sido diferenciada apenas quando se verifica a notícia interpretativa. Mas, caberia, então, ressaltar que o *comentário*, ao ser colocado em oposição à *notícia*, torna-se um espaço a parte, como algo a mais acrescentado ao jornal, mas que, para efeito de um “o que aconteceu” não seriam considerados.

Nos anos 1950 o jornalismo brasileiro passou por uma reforma, que teve dentre as suas consequências a adoção do ideal da objetividade. Ainda que até hoje se coloque essa objetividade em evidência quando se fala do regime militar iniciado em 1964 a classificação dada à imprensa geralmente se resume a dois lados: os jornais que apoiaram o regime militar e aqueles que se opuseram a ele. Por que continuar a tratar a imprensa no regime militar somente de forma dicotômica sem analisar de que forma ela se posiciona, interage com a política e se torna sua mediadora perante a sociedade?

Enquanto isso muitas questões ainda precisam ser feitas. O presente texto pretendeu iluminar algumas dessas outras questões. Partindo das solenidades de aniversários do golpe militar e da consideração de que do ponto de vista da *novidade* jornalística, não se justificava tão

extensa cobertura de uma cerimônia que se repetia anualmente e que interessava principalmente ao interior da instituição militar, buscou-se tocar mais no modo pelo qual essa cobertura se deu do que nas suas razões. Espera-se assim acrescentar questões ao estudo da mediação no jornalismo, já que as mudanças ocorridas com o passar do tempo na forma de reportar um acontecimento não se devem apenas a mudanças no próprio acontecimento, mas na maneira de fazer jornalismo e em mudanças nas suas convenções (SCHUDSON, 1993).

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. *A mídia na transição democrática brasileira*. 2005. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.48, pp.53-65.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. 2006. “Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira”. In ABREU, Alzira Alves de (org.). *A democratização no Brasil: Atores e Contextos*. Rio de Janeiro, FGV. pp.67-101.

_____. 2001. “Momentos de decisão: os anos 70 e a mídia no Rio de Janeiro”. In FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo B. & MOTTA, Marly Silva da (org.). *Um estado em questão – Os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Editora FGV, Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense.

ALBUQUERQUE, Afonso de. “Um Outro Quarto Poder: Imprensa e Compromisso Político no Brasil”. *Revista Contracampo*, n. 4, 2000.

_____. *On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed From a Brazilian Perspective*.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002.

COOK, Timothy E. *Governing with the News. The News Media as a Political Institution*. Chicago, University of Chicago Press, 1998.

_____. “The News Media as a Political Institution: Looking Backward and Looking Forward”. *Political Communication*, 23, 2006, p. 159-171.

DASSIN, Joan. 1984. *The Brazilian Press and the Politics of Abertura*. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol.26, n.3, pp.385-414.

DUARTE, Celina Rabello. 1983. *Imprensa e Redemocratização no Brasil*. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v.26, n.2, pp. 181-195.

GUIMARÃES, Cesar; VIEIRA, Roberto A. Amaral. 1985. *A televisão brasileira na transição: um caso de conversão rápida à nova ordem*. Rio de Janeiro, IUPERJ.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

_____. “Falando do Presidente: A Estrutura Política e a Forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália”. In TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa, Editora Vega, 1993, p. 306-325.

HOLZBACH, Ariane Diniz. “*Gente de toda parte foi ver o ex-metalúrgico virar Presidente da República*” - *A narrativa da posse de Lula na Folha de São Paulo e em O Globo* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Niterói, UFF, 2008.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. 2003. “Mídia e transição democrática: a (des)institucionalização do panóptico no Brasil”. In ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica de Almeida. *Mídia e Política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro, FGV.

MARTINS, Luciano. “A ‘Liberalização’ do Regime Autoritário no Brasil”. In O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (org.). *Transições do Regime Autoritário: América Latina*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

PORTO, Mauro P. “Mass media and politics in Democratic Brazil”. In KINZO, Maria D’Alva & DUNKERLEY, James. *Brazil since 1985: Economy, polity and society*. Londres, Institute of Latin American Studies (University of London), 2003.

RESENDE, Fernando. O Discurso Jornalístico Contemporâneo: Entre o Velamento e a Produção das Diferenças. *Revista Galáxia*, São Paulo, n.14, p.81-93, dez.2007.

RYFE, David M. “News, Culture and Public Life: A Study of 19th-century American Journalism”. *Journalism Studies*, Vol. 7, N. 1, 2006.

SCHUDSON, Michael. “A Política da Forma Narrativa: A Emergência das Convenções Noticiosas na Imprensa e na Televisão”. In TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa, Editora Vega, 1993, p. 279-293.

_____. “Question Authority: A History of the News Interview”. In SCHUDSON, Michael. *The Power of News*. Cambridge, Harvard University Press, 1995, p.72-93.

SPARROW, Bartholomew H. “A Research Agenda for an Institutional Media”. *Political Communication*, 23, 2006, p. 145-157.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

TUCHMAN, Gaye. “A Objectividade Como Ritual Estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas”. In TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa, Editora Vega, 1993, p. 74-90.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis, Editora Vozes, 1974.